

**RESUMOS DOS
TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DE
CURSO
2018.2**

ISBN: 978-10-822-5595-3
Faculdade Metropolitana São Carlos

ORGANIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Profa. Ma. Carla Maria de Almeida Moraes Bastos

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

ISBN: 978-10-822-5595-3

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

Avenida Governador Roberto Silveira, nº 910

Bom Jesus do Itabapoana-RJ

CEP: 28.360-000

Site: www.famescbji.edu.br

Telefone: (22) 3831-5001

Projeto Gráfico da Capa: Tauã Lima Verdán Rangel

O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.

A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca Marlene Henriques Alves – Famesc

F143r Faculdade Metropolitana São Carlos.

Resumos dos trabalhos de conclusão de curso : 2. semestre de 2018 /
Faculdade Metropolitana São Carlos; organização Neuza Maria de
Siqueira Nunes e Tauã Lima Verdán Rangel. – Bom Jesus do
Itabapoana, RJ : [s.n.], 2018.

57 p.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web: <http://www.famesc.edu.br/biblioteca/>.

ISBN 978-10-822-5595-3

1. UNIVERSIDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS –
TRABALHOS ACADÊMICOS - RESUMOS 2. PESQUISA – BOM
JESUS DO ITABAPOANA (RJ) – RESUMOS I. Faculdade
Metropolitana São Carlos II. Título

CDD 378.8153

CURRICULUM DOS ORIENTADORES E COORIENTADORES

Carla Maria de Almeida Moraes Bastos

Mestra em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Especialista Lato Sensu em Educação Fiscal e Gestão Social pela Universidade Cândido Mendes.

Felipe Nogueira Alves da Silva

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Vila Velha. MBA em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas.

Oswaldo Moreira Ferreira

Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Especialista *Lato Sensu* em Direito Civil pela Universidade Gama Filho.

Tauã Lima Verdán Rangel

Doutor e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista Lato Sensu em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES.

Valdeci Ataíde Cápua

Mestre em Direito pelo Centro Universitário Fluminense. Especialista Lato Sensu em Direito Previdenciário pela Universidade Anhanguera. Especialista em Direito de Família pela Faculdade São Geraldo. Especialista Lato Sensu em Direito Privado pela Faculdade São Geraldo. Especialista Lato Sensu em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário Fluminense.

P R E F Á C I O

Prezado Leitor!

É com grande satisfação que prefaciamos o Caderno de Resumos dos Trabalhos de Curso oriundos dos Cursos de Administração, Ciências Biológicas (Licenciatura), Direito e Enfermagem, apresentados durante o segundo semestre de 2017, na Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

A FAMESC, em sua missão institucional, se apresenta como um agente de transformação e desenvolvimento regional, o quê só é possível por meio do alinhamento entre os eixos estruturantes do ensino universitário, a saber: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Além disso, ciente da necessidade de construção de um perfil profissional diferenciado e capaz de atender as demandas da região, a FAMESC idealizou o evento com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas.

Logo, os trabalhos de curso cujos resumos compõem essa iniciativa refletem a dedicação dos discentes e o comprometimento dos professores-orientadores em conduzir processos de construção acadêmico-científicos que atendam tal missão.

O ambiente acadêmico deve ser um espaço democrático de contribuições recíprocas, reflexões crítico-científicas e heterogêneo, a fim de compreender dinâmicas e temáticas dotadas de relevância no contexto atual, o que os trabalhos de conclusão de curso espelham em seu processo de concepção e construção.

Convidamos todos à leitura!

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães
Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana São Carlos

SUMÁRIO

Apresentação – Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel.....	12
CURSO: ADMINISTRAÇÃO	14
As técnicas de Recursos Humanos no Setor Público	15
Kawanna Lazarini Sant’Ana Farias & Fabrícia Palauro Pessanha Orientadora: Profa. Ma. Carla Maria de Almeida Moraes Bastos	
A interação dos setores no processo de gestão de leitos hospitalares	17
Fabiana de Matos Orientadora: Profa. Ma. Carla Maria de Almeida Moraes Bastos	
CURSO: DIREITO.....	18
A desjudicialização do processo da usucapião pela via extrajudicial: reflexos do CPC 2015	19
Affonso de Vasconcelos Borges Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira	
A atuação do Estado na promoção do direito constitucional à moradia como forma de concretização da dignidade humana	20
Aline Lobato dos Santos Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva	
Justiça restaurativa e terapêutica em pauta: a experimentação de modelos não-dogmáticos da execução penal em prol da concretização da função da pena	22
Ana Laura Delgado Xavier Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel	
A monetarização do dano moral por abandono material do filho: o exame à luz da controvérsia jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.....	24
Brena Pedrosa da Silva Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira	

A violência doméstica nas uniões homoafetivas masculinas 25

Brenda Fernandes Vantil da Costa

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

A privatização do sistema penitenciário brasileiro: uma análise sob a luz da parceria público-privada e da terceirização 26

Bruno dos Reis Fiaux Souza

Orientador: Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua

Coorientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

A Síndrome de Medéia e a Síndrome das Falsas Memórias Implantadas: para além da questão jurídica envolvendo a alienação parental..... 27

Carla de Oliveira Pereira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Entre a concepção teórica e o desencanto da prática: as falhas da aplicação das medidas socioeducativas no processo de ressocialização dos adolescentes infratores 28

Diogo Miranda Samuel

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

O dano moral em virtude do adultério 30

Edmar Campos da Rocha

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

As emergências de novas crises: a necessidade do reconhecimento de *status* de refugiado ambiental..... 31

Emerson Izael Raimundo Golinelli

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Reforma Trabalhista: o princípio da norma mais favorável ao trabalhador e a sucumbência recíproca 32

Everardo Alvarenga Couto

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

Danos morais transindividuais nas ações de improbidade administrativa 33

Felipe Oliveira Silva

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Alienação Parental: breve análise de seus aspectos jurídico à luz da Lei 12.318/10: a guarda unilateral como método para inibir o conflito familiar 35

Guilherme de Oliveira Almeida

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Da extinção da autoridade parental à luz das inovações trazidas pela Lei 13.509/2017: em busca do melhor interesse da criança e do adolescente..... 36

Graziela de Araujo Galvão

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

“O direito de ser quem é!”: a hermenêutica jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no papel contramajoritário de promoção dos direitos transgêneros..... 38

Isabela Rocha dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Dos direitos humanos femininos prisionais: uma análise dos direitos da mulher gestante à luz do Habeas Corpus Coletivo 143.641 39

Laura Polati Candido Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Substituição de candidatos ao pleito majoritário como forma de insegurança jurídica ou fraude eleitoral 40

Letícia Ferreira Barreto

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Execução Fiscal em Análise: um exame sobre o princípio da celeridade processual na Comarca de Bom Jesus do Itabapoana-RJ (no período de 2015-2017)..... 41

Luciana de Castro Almeida

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Direitos Humanos para quem? Uma análise histórica dos direitos humanos dos presos e o estado de coisa inconstitucional 42

Mariane da Cruz Caetano

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Direito Penal do Inimigo no STF? Uma análise contraposta entre a adoção de direito penal do inimigo e o princípio da insignificância na jurisprudência do STF, no período de 2016-2017 43

Moysés da Cruz Netto

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Violência doméstica física e psicológica contra a mulher e a importância da Lei Maria da Penha 44

Naiara Lima Silva

Orientador: Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua

Coorientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

“Da equiparação do companheiro ao cônjuge para fins sucessórios”: da possível inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil de 2002 ... 45

Priscila Alves Pinto

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Responsabilidade civil do empregador por acidente do trabalho 46

Renan Vaillant Fonte Boa

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

Direitos em Emergência: A sexualidade como fronteira de uma novel dimensão dos Direitos Humanos 47

Rodolfo Monteiro da Fonseca Teixeira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

O reconhecimento do dano moral em razão do pagamento indevido de alimentos gravídicos 48

Rogéria de Azevedo Neves Silva

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Uma análise do reconhecimento da síndrome de *burnout* como esgotamento do meio laboral à luz do Tribunal Superior do Trabalho 49

Silmara Nunes Pereira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Uma análise da Lei Maria da Penha: entre o abstrato e o concreto: falhas na aplicação da lei 51

Susane Pimentel Borges

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Do direito subjetivo a nomeação do candidato aprovado em concurso público para a formação de cadastro reserva à luz do entendimento dos Tribunais Superiores de 2016-2017..... 52

Tawani Tatagiba Oliveira

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Coorientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

A (des)caracterização do vínculo de emprego nas relações entre as organizações religiosas e os Ministros de Culto Religioso..... 54

Thaynára Coutinho de Andrade Farolfi Ribeiro

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

Da desconstrução do valor monogâmico da fidelidade em prol do reconhecimento da pluralidade familiar: o poliamorismo e a tutela jurídica..... 55

Vanessa Pimentel Barros da Cruz

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Adoção advinda da paternidade socioafetiva em famílias-mosaico: a afetividade como responsável pelo contorno familiar contemporâneo..... 56

Vilmar Boechat Teixeira

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), ciente da necessidade de formar profissionais que atendam as demandas da região, idealizou e programou cursos com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas. No que concerne à missão institucional, tem-se: “A FAMESC tem como missão formar profissionais de nível superior, garantindo qualidade, solidez, segurança e modernidade, visando ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região na qual está inserida”.

São ofertadas aos discentes para a conquista de habilidades que caracterizam o seu perfil profissional, no qual se fundem a competência técnica e conceitual, a capacidade de administrar percepções, disponibilidade para ouvir e a habilidade para negociar; com mente aberta para entender as mudanças e flexibilidade suficiente para se adaptar a elas; do trabalho em equipe, criativo, cooperativo e colaborativo; do domínio de línguas e da tecnologia e, principalmente, a capacidade de pensar estrategicamente e propor soluções inovadoras e decisões profissionais embasadas na ética, no bem-comum e na preocupação com as mudanças da sociedade em busca de desenvolvimento sustentável.

Os perfis dos Cursos se inspiram e se voltam para o contexto sócio regional das Regiões Norte e Noroeste Fluminense em que se insere, bem como regiões circunvizinhas de grande expressão e busca, através da atuação de seus

egressos, a formulação de novos conhecimentos e na sua ação extensionistas, consolidar e aperfeiçoar o processo de crescimento da cidadania e das Instituições que compõem tais regiões.

A partir de tais variáveis para a formação diferenciada de profissionais alinhados com um cenário contemporâneo que reclama novas perspectivas formacionais, a “Coletânea dos Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso”, como iniciativa da Coordenação Institucional de Pesquisa e de Trabalho de Curso, se apresenta como uma proposta diferenciada de publicização dos trabalhos de curso produzidos pelos discentes e conduzidos pelos professores-orientadores.

Desejamos uma boa leitura a todos!

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Coordenador Institucional de Pesquisa e de Trabalho de Curso

CURSO:
ADMINISTRAÇÃO

AS TÉCNICAS DE RECURSOS HUMANOS NO SETOR PÚBLICO

Autoras: Kawanna Lazarini Sant’Ana Farias & Fabrícia Palauro Pessanha

Orientadora: Profa. Ma. Carla Maria de Almeida Moraes Bastos

Resumo: Este artigo objetiva analisar e impulsionar uma reflexão sobre a eficiência das Técnicas de Recursos Humanos no âmbito do serviço público. Falar de recursos humanos é falar de pessoas, trabalho, comunicação, atividades entre outros adjetivos indispensáveis para caracterizar essa modalidade tão gratificante e de excelência para uma organização. Administração Pública tem a responsabilidade de prestar à sociedade assistência e serviços de qualidade, visando a construção de uma comunidade de excelência à população do país, com responsabilidade fiscal e conexão de políticas inclusivas. Nesta concepção, o serviço público deve ser atribuído por estrutura administrativa e contar com servidores capacitados de acordo com os objetivos das organizações – isso requer qualificação, eficiência, capacitação, habilidades e conhecimentos. Auxiliar o serviço público a alcançar seus objetivos e a efetuar sua missão, possibilitar a competitividade entre os servidores, aumentar a satisfação pessoal entre os trabalhadores, desenvolver e manter o bem-estar das pessoas no trabalho, incitar mudanças e perdurar políticas éticas e conduta socialmente responsável são algumas das atribuições dos profissionais responsáveis por este setor que hoje é classificado como um determinante no domínio público. Os procedimentos metodológicos seguiram a linha qualitativa, por meio da pesquisa explicativa e exploratória, e levantamento de bibliografias para obtenção dos objetivos. Assim, pôde-se perceber que o setor público, de modo geral, possui maior grau de autonomia, bem como maior nível de implementação, pois os processos são mais compartilhados, socializados e internalizados pelos servidores, no que diz respeito à gestão de pessoas. Dessa forma, pode-se afirmar que o

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.2)

Curso: Administração

desenvolvimento dos processos da aplicabilidade catalisa os resultados das Técnicas de Gestão de Recursos Humanos.

Palavras-chave: Recursos Humanos; Gestão de Pessoas; Setor Público.

A INTERAÇÃO DOS SETORES NO PROCESSO DE GESTÃO DE LEITOS HOSPITALARES

Autora: Fabiana de Matos

Orientadora: Profa. Ma. Carla Maria de Almeida Moraes Bastos

Resumo: A organização hospitalar é muito complexa quando comparada as demais, principalmente por estar relacionada com características peculiares das atividades desenvolvidas, com uma diversidade de serviços prestados, e com inúmeros processos assistenciais e administrativos que são executados de forma simultânea. Um dos desafios para os gestores hospitalares é o gerenciamento de leitos, uma vez que envolve uma diversidade de processos e setores. Nesse contexto, os hospitais têm investido em uma gestão para planejar e acompanhar os processos relacionados à liberação dos leitos com a intenção de não trabalhar com tantos imprevistos. Diante das temáticas citadas o objetivo desse trabalho é apresentar a complexidade da gestão hospitalar, assim como suas peculiaridades, além de especificar as funções e a importância da interação dos setores no processo de gestão de leitos hospitalares através de uma breve revisão bibliográfica com os principais periódicos da área em estudo.

Palavras-chave: Gestão de leitos; Organização hospitalar; Gestão hospitalar.

CURSO:
DIREITO

A DESJUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO DA USUCAPIÃO PELA VIA EXTRAJUDICIAL: REFLEXOS DO CPC 2015

Autor: Affonso de Vasconcelos Borges

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Resumo: A usucapião é um instituto incluso no direito imobiliário em que tem como fundamento a regularização de um fato legal preexistente, isto é, a posse. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar a importância da posse na prática do dia a dia, já que atua de forma imprescindível nas relações sociais, assim como destacar este instituto como pressuposto legal para angariar o título de propriedade, que se encontra no centro da tutela jurídica. Nesta perspectiva, é fundamental que se tenha consciência da evolução do instituto da usucapião no sistema normativo constitucional brasileiro e até mesmo infraconstitucional, como sendo uma legítima exceção de direito material, na finalidade de extrair os primeiros progressos para o crescimento da posse qualificada, objetivando tornar mais sólido à situação possessória com a consequente titularidade dominial, em virtude de sua função social. Diante disto, o presente ensaio bibliográfico abordará a recepção do procedimento da usucapião extrajudicial, e a sua simplificação que foi oportunizada pelo novo código processual civil, no que se refere à possibilidade do procedimento da usucapião ser feita de forma extrajudicial pelos Cartórios em determinada e específica previsão normativa, não havendo necessidade ingresso de ação de usucapião no judiciário.

Palavras-Chaves: Posse. Propriedade. Usucapião Extrajudicial. Direito Notarial.

A ATUAÇÃO DO ESTADO NA PROMOÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL À MORADIA COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

Autora: Aline Lobato dos Santos

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

Resumo: O Brasil apresenta, atualmente, um déficit habitacional de cerca 7,757 milhões de moradias. Esse considerável contingente de cidadãos sem moradia representa uma omissão do Estado em garantir esse direito fundamental que, ao promover políticas públicas para habitação, o faz de forma que não atinge a demanda essencial da sociedade, qual seja, garantir um local para morar, observados todos os princípios da dignidade humana, para os indivíduos mais pobres, por ser este o estrato social que mais demanda por tal direito. O presente trabalho elenca o direito à moradia como direito constitucional fundamental e, a partir da previsão da Carta Magna, analisa a legislação brasileira, bem como as normas internacionais sobre o tema das quais o Brasil é signatário. A partir das previsões legais aborda-se o processo histórico da atuação do Estado brasileiro na promoção das políticas públicas para moradia e se analisa o cumprimento, pelo governo brasileiro, das atribuições impostas pela norma para a questão habitacional no país. A pesquisa verifica que o déficit habitacional é crescente no Brasil e que as políticas públicas para o setor foram escassas e inócuas ao longo da história, chegando até ao Programa minha Casa Minha Vida, como ação governamental mais relevante para a habitação já promovida, mas que se mostra mais para resultados aos setores imobiliário e da construção civil, do que à efetiva garantia do direito à moradia digna, consistente não somente em um teto de tijolo e cimento, mas

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.2)

Curso: Direito

também inserida no contexto do direito à cidade, como infraestrutura, transporte, saneamento básico, saúde, educação e lazer, ao cidadão, sobretudo ao mais pobre.

Palavras-Chave: Moradia, Habitação, Direito Fundamental, Atribuição, Estado.

**JUSTIÇA RESTAURATIVA E TERAPÊUTICA EM PAUTA: A
EXPERIMENTAÇÃO DE MODELOS NÃO-DOGMÁTICOS DA
EXECUÇÃO PENAL EM PROL DA CONCRETIZAÇÃO DA FUNÇÃO DA
PENA**

Autora: Ana Laura Delgado Xavier

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo, analisar a possibilidade da aplicação de modelos não-dogmáticos da execução penal em prol da concretização da função da pena. Este estudo se justifica pelo sistema da justiça criminal convencional, sistema que por diversas vezes não traz para a sociedade a esperança de que aquele que foi submetido a pena restritiva de liberdade, não voltará a reincidir. A razão disso é que a prisão fabrica ainda mais criminosos ao invés de reintegrá-los à sociedade e diminuir assim, a alta taxa de violência que assombra o corpo social. Portanto, o projeto realizará a análise das novas medidas alternativas à pena privativa de liberdade, que passaram a ser pensadas visando o cumprimento da função social da pena. Vários programas foram criados, sendo os objetos deste trabalho o da Justiça Restaurativa e o da Justiça Terapêutica. As técnicas empregadas para a elaboração do presente consistiram na pesquisa em doutrinas, sites especializados, artigos científicos e dispositivos legais. Para cumprir com o objetivo serão analisados os modelos da Justiça Restaurativa e da Justiça Terapêutica, de modo a apresentar uma avaliação sobre esses modelos, vistos, na atualidade, por diversos estudiosos, como possíveis alternativas e complementos para o modelo de processo penal tradicional. São alternativas que devem ser aprimoradas em alguns pontos para sua plena utilização no ordenamento jurídico brasileiro, de forma que

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.2)

Curso: Direito

consigam garantir às partes todos os direitos que lhes são garantidos em âmbito constitucional.

Palavras-Chaves: Processo Penal; Justiça Restaurativa; Justiça Terapêutica; Modelos alternativos.

A MONETARIZAÇÃO DO DANO MORAL POR ABANDONO MATERIAL DO FILHO: O EXAME À LUZ DA CONTROVÉRSIA JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autora: Brena Pedrosa da Silva

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Resumo: O presente trabalho tem como escopo abordar a situação em âmbito familiar onde o desamor e a omissão por parte de seus componentes é capaz de se identificar como indenizável à luz da legislação Pátria. Posteriormente, fazer um estudo sobre a responsabilidade civil no Direito de Família, um tanto quanto vasto e complexo, abarcando conflitos vinculados à violação dos deveres do Poder Familiar, deveres dos pais em relação aos filhos e destes últimos em relação àqueles, além de tantos outros assuntos correlatos. Após, discorrer sobre a eventual possibilidade de caracterização do dano moral nas relações familiares por Abandono Material. Mais adiante, analisar de forma pormenorizada como se dá o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça nestes casos, haja vista a grande controvérsia na hora da aplicação da condenação pecuniária por eventual violação dos deveres de prestar assistência física, moral e educacional ao filho, bem como retratar a divergência do Superior Tribunal de Justiça quando se trata da monetarização do dano moral por abandono material, não havendo um entendimento pacificado em relação ao tema. Por fim, o método utilizado para o desenvolvimento do presente trabalho foi com base em pesquisas bibliográficas através da análise da doutrina, legislação específica aliada a fontes da internet.

Palavras-Chaves: Direito de Família. Dano Moral. Abandono Material. Controvérsia Jurisprudencial. Superior Tribunal de Justiça.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS UNIÕES HOMOAFETIVAS MASCULINAS

Autora: Brenda Fernandes Vantil da Costa

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Resumo: Com o emprego do método dedutivo, historiográfico, na construção de hipóteses e estudos históricos, o presente estudo tem por finalidade analisar a aplicação da Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, nos casos em que as vítimas são homossexuais em uniões homoafetivas masculinas. Analisar-se-á, ainda, o termo “mulher” empregado na Lei Maria da Penha, abordando diferentes conceitos de mulher nos dias atuais. Ainda, o presente estudo traçará conceitos históricos sobre o significado da palavra família desde a antiguidade até os tempos modernos, examinando, ainda, o momento em que as uniões homoafetivas passaram a ser reconhecidas no mundo do direito. Por meio deste trabalho, poderão ser encontradas respostas a questionamentos sobre a aplicação e eficácia da Lei Maria da Penha nos casos de uniões homoafetivas masculinas. O presente tema é de grande importância para o Direito, tendo em vista que a violência doméstica e familiar não está presente apenas nas uniões heterossexuais. A sociedade precisa desenvolver-se mentalmente, pois o direito deve acompanhar as mudanças sociais. O Estado tem o dever de proteger as famílias, independentemente de configuração.

Palavras-Chave: Violência Doméstica. Uniões Homoafetivas Masculinas. Gênero. Aplicação da Lei Maria da Penha.

A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E DA TERCEIRIZAÇÃO

Autor: Bruno dos Reis Fiaux Souza

Orientador: Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua

Coorientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente apostilado tem como objetivo analisar a possibilidade de privatização do sistema penitenciário brasileiro levando em consideração as formas de administração prisional terceirizadas e as parcerias público-privadas. Para sua desenvoltura, utiliza-se o método dedutivo, isto é, a proposta é partir de um campo amplo para o ponto específico da problemática, e também a técnica de pesquisa indireta, por meio de revisão bibliográfica e documental. Inicialmente, busca-se tecer breve apresentação da pena de prisão, direito de punir do Estado, teoria e finalidade da pena de prisão e princípios norteadores da execução penal. Em seguida, são analisados os diversos sistemas penitenciários e suas evoluções históricas; para então debruçar-se sobre o tema principal que versa sobre a privatização, abordando conceitos essenciais ao desenvolvimento do assunto, como a terceirização e a parceria público-privada. É realizado levantamento das unidades prisionais brasileiras que utilizam, em sua administração, algum tipo de interferência da iniciativa privada. Por fim, são feitos apontamentos quanto à constitucionalidade do tema.

Palavras-Chaves: Privatização; Sistema Penitenciário; Princípios; Parceria Público-Privada; Terceirização.

A SÍNDROME DE MEDÉIA E A SÍNDROME DAS FALSAS MEMÓRIAS IMPLANTADAS: PARA ALÉM DA QUESTÃO JURÍDICA ENVOLVENDO A ALIENAÇÃO PARENTAL

Autora: Carla de Oliveira Pereira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente trabalho monográfico se refere a temática da Síndrome de Medéia e a Síndrome das Falsas Memórias envolvendo a alienação parental, com objetivo de analisar sobre a evolução da família e das variadas formas de família atualmente constituídas no Brasil, priorizando o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. São apresentados os significados e as características da alienação parental, inclusive a diferença entre a alienação parental e a síndrome da alienação parental. Expõe-se as características do genitor alienante, e as consequências que esse mal causa as crianças e adolescentes que sofrem a alienação. Por fim, discute-se a implantação das falsas memórias que é considerada uma das mais cruéis formas de alienação parental e a síndrome de Medéia, em que se observa a intenção o objetivo dos pais de influenciar os próprios filhos a ponto destes não terem uma opinião própria acerca do outro genitor.

Palavras-Chaves: Síndrome de Medéia. Alienação Parental. Família. Criança e Adolescente. Falsas Memórias.

ENTRE A CONCEPÇÃO TEÓRICA E O DESENCANTO DA PRÁTICA: AS FALHAS DA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES INFRATORES

Autor: Diogo Miranda Samuel

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: Nos primórdios das sociedades as crianças eram consideradas pessoas à margem da consideração como indivíduos detentores de direitos. Eram meras peças que integravam as famílias, e até se tornarem adultos eram totalmente subordinadas ao pátrio poder. Com a evolução das leis cresceu também a preocupação na busca pela inimputabilidade dos menores, uma vez que havia a necessidade de dar a estes um tratamento diferenciado do tratamento penal imputado aos adultos quando em cometimento de atos ilícitos. Após décadas de evoluções o Estatuto da Criança e do Adolescente, embasado na Doutrina da Proteção Integral, imperava no Brasil como a mais moderna e completa legislação infanto-juvenil. O presente trabalho tem como objetivo analisar se as regras de tal lei estariam sendo devidamente aplicadas às crianças e adolescentes. Esta pesquisa se inicia em uma análise cronológica do início da legislação menorista até os tempos atuais, apresentando a legislação em vigor na íntegra e analisando também a Lei do SINASE, um ordenamento que versa sobre a execução das medidas socioeducativas presentes no ECRID. O método utilizado neste estudo foi pesquisa bibliográfica em método dedutivo, seguido ao final de uma breve entrevista com o Ilustre Representante do Órgão Ministerial local sobre sua visão a respeito da aplicação das medidas socioeducativas e sua eficácia. A metodologia empregada consistiu no método dedutivo, pautado na revisão de literatura, sob o formato sistemático, como

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.2)

Curso: Direito

técnica de pesquisa. Conclui-se neste estudo que a realidade infanto-juvenil brasileira ainda precisa melhorar em muitos aspectos. A ineficácia das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais é latente e preocupante, uma vez que os níveis de reincidência são alarmantes e merecem urgente atenção dos entes competentes.

Palavras-Chaves: Direitos; Menor; Criança; Adolescente, Medidas Protetivas; Medidas Socioeducativas; Ineficácia.

O DANO MORAL EM VIRTUDE DO ADULTÉRIO

Autor: Edmar Campos da Rocha

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Resumo: Esse o trabalho buscou apontar a possibilidade de se indenizar um dos cônjuges por danos morais na decorrência do ato ilícito: o adultério. Para tanto, o trabalho iniciou-se abordando o histórico da responsabilidade civil, seu papel e pressupostos, discorreu acerca dos direitos e deveres do casamento, apontando o adultério e o adultério virtual como formas de descumprir com o dever conjugal, o trabalho ainda conceituou o dano moral, seus requisitos e natureza e o posicionamento doutrinário no que diz respeito à indenização nos casos de adultério. Por fim apontou-se a relação da responsabilidade civil e o posicionamento jurisprudencial para com o ato de adultério destacando julgados sobre o assunto. A pesquisa teve como objetivos analisar o dano moral e o adultério com ênfase ao adultério, trazendo uma abordagem sobre a modalidade do dano, sua finalidade e os procedimentos dentro do novo CPC. Para a realização deste trabalho, a metodologia usada foi a de revisão bibliográfica, os dados foram coletados através de fontes primárias por meio de pesquisas extraídas da Constituição Federal de 1988, das leis específicas que tratam do dano moral, de adultério e alguns livros e revistas eletrônicas que abordam julgados de casos de infidelidade conjugal. A falta de amor não é indenizável, no entanto o cônjuge ou companheiro traído não pode passar por situações constrangedoras e humilhantes ocasionadas pela infidelidade de seu parceiro, assim servindo a indenização como forma de reparação e compensação pelo sofrimento que a atitude do cônjuge ou companheiro infiel causou.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil; Casamento; Danos Morais; Infidelidade.

AS EMERGÊNCIAS DE NOVAS CRISES: A NECESSIDADE DO RECONHECIMENTO DE *STATUS* DE REFUGIADO AMBIENTAL

Autor: Emerson Izael Raimundo Golinelli

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: Diante da crise ambiental vivida mundialmente, pessoas são forçadas a sair de seus locais de origem devido a diversos fatores de caráter ambiental catástrofes como enchentes, furacões, tsunamis dentre outras ocorrências naturais, inundações recorrentes, elevação do nível do mar tomando territórios costeiros e Estados insulares, bem como tragédias ambientais de cunho antropogênicos, como acidentes nucleares, estouro de barragens, má gestão de recursos naturais que ocasionam secas e escassez de água. Assim, ocorrem as migrações ambientalmente forçadas, que até o presente momento não se tem o reconhecimento como refugiados, sendo esta uma migração não convencional. A presente pesquisa tem o seu cerne o reconhecimento do *status* de Refugiados para esse grupo de migrantes, o qual estimasse que já é a maior causa de migração, com a tendência de crescimento no decorrer dos anos, frente as crises ambientais que são cada vez mais frequentes e intensificadas. Ainda que não exista o reconhecimento do “refugiado ambiental”, há países e regiões, que embora não reconheçam a pessoa do “refugiado ambiental”, tratam da situação em que estes se encontram, seja por tratados regionais ou leis internas. Neste diapasão, procura-se o seu reconhecimento com base nos princípios do Estatuto do Refugiado de 1951, e nos princípios do Direito Internacional: cooperação, solidariedade, responsabilidade compartilhada, bem como no Direito Ambiental e Direitos Humanos e Humanitário. Ainda, o questionamento de vias sugestivas para a proteção e amparo dos “refugiados ambientais”, seja por tratado internacional, regional ou legislação interna.

Palavras-chave: Refugiado Ambiental. Migração Ambiental. Crise Ambiental. Segurança Ambiental. Catástrofes Ambientais.

REFORMA TRABALHISTA: O PRINCÍPIO DA NORMA MAIS FAVORÁVEL AO TRABALHADOR E A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA

Autor: Everardo Alvarenga Couto

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

Resumo: Após intenso e tumultuado processo legislativo, a Lei 13.467/2017 que instituiu a Reforma Trabalhista, acabou por ser aprovada e trouxe consigo várias modificações que afetam o cotidiano das relações entre empregado e empregador. Trata-se de uma norma de profundo alcance no mundo do trabalho e que produzirá intensas transformações na relação entre o capital e trabalho, entre os trabalhadores e suas entidades sindicais, entre a sociedade e a Justiça do Trabalho. Neste trabalho, optou-se pela metodologia aplicada ao procedimento de abordagem dedutivo, ou seja, a proposta é partir de um campo amplo para o ponto específico da problemática e basearam-se em pesquisas realizadas em artigos científicos, doutrinas, jurisprudências, revistas eletrônicas, notícias veiculadas, sítios eletrônicos especializados e revisões bibliográficas. Pretende-se analisar de forma crítica a constitucionalidade das referidas inovações processuais e apresentar uma solução interpretativa sob a ótica do texto constitucional e dos princípios basilares de proteção ao empregado. As modificações efetuadas pela Reforma Trabalhista carregam consigo uma precarização e relativização de direitos dos trabalhadores. Além de outros dispositivos, acabou por ampliar as hipóteses de condenação dos honorários de sucumbência no Processo do Trabalho que é compreendido por muitos como um verdadeiro entrave de acesso à Justiça do Trabalho tendo em vista que o Processo do Trabalho possui natureza de decidir litígio envolvendo partes com poderes e condições sociais e antagônicas, o efeito desse processo deve acarretar uma decisão que não seja injusta, devendo-se considerar a desigualdade material existente entre os litigantes.

Palavras-Chave: Reforma Trabalhista. Sucumbência Recíproca. Princípios.

DANOS MORAIS TRANSINDIVIDUAIS NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Autor: Felipe Oliveira Silva

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de que haja reparação do dano moral transindividual causado à Administração Pública em virtude de atos de improbidade administrativa. O método dedutivo foi utilizado para verificar a eventualidade da reparação moral pela via difusa ou coletivo dos entes administrativos. Preliminarmente, foram apresentados conhecimentos imediatos sobre a evolução do Estado, dos direitos humanos e da Administração Estatal, com fulcro no exercício do Poder. Em seguida foi feita uma análise sobre normas, regras e princípios, verificando a importância do *caput* do artigo 37 da Constituição Federal. Em seguida, foi realizado um estudo detido na evolução da proteção da probidade administrativa no ordenamento jurídico brasileiro. Foram feitos breves comentários a Lei 8.249/92, que teve como ponto nevrálgico a definição do que corresponderia aos atos de improbidade administrativa e os legitimados a propor eventual ação de improbidade administrativa. Posteriormente, foram identificadas as consequências de tais atos. E, finalmente, foi apreciada a possibilidade ou não de pessoas jurídicas de direito público serem vítimas de dano moral coletivo e questões de como quantificar esse dano sobre a destinação da reparação foram discutidas. A metodologia empregada na presente pesquisa foi o método dedutivo, auxiliada de revisão de literatura como técnica de pesquisa. O resultado obtido, se inclina em dizer que as práticas de atos ilícitos pelos agentes públicos abalam a legitimidade da Administração Pública aviltando sua honra objetiva e subjetiva justificando a possibilidade de se pleitear o ressarcimento dos danos morais transindividuais em sede ação administrativa com a finalidade de manter a credibilidade da atuação da

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.2)

Curso: Direito

Administração Pública e evitar a reiteração de atos que violem a probidade administrativa.

Palavras-Chaves: Probidade Administrativa. Improbidade. Danos Morais Difusos/Coletivos.

ALIENAÇÃO PARENTAL: BREVE ANÁLISE DE SEUS ASPECTOS JURÍDICO À LUZ DA LEI 12.318/10: A GUARDA UNILATERAL COMO MÉTODO PARA INIBIR O CONFLITO FAMILIAR

Autor: Guilherme de Oliveira Almeida

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Resumo: O presente estudo optou-se pelo método de abordagem dedutivo, ou seja, a proposta é partir de um campo amplo para o ponto específico da problemática. O mesmo tem como objetivo analisar os casos em que há possibilidade de ocorrência da prática de alienação parental à luz da Lei 12.318/10 e se a guarda unilateral é um método eficaz para evitar o conflito bem como explicar as formas de alienação parental e como surge a síndrome da alienação parental, analisar historicamente a evolução da família, esmiuçar as diferentes guardas existentes no ordenamento jurídico brasileiro e analisar a Lei da Alienação Parental. Este estudo vem apresentar com base em análises bibliográficas, leis, súmulas e artigos de cunho científico os conceitos, formas e consequências da prática de alienação parental, bem como as formas de guarda no ordenamento jurídico Brasileiro.

Palavras-Chaves: Direito Civil, Direito de Família, Alienação Parental, Guarda unilateral.

**DA EXTINÇÃO DA AUTORIDADE PARENTAL À LUZ DAS INOVAÇÕES
TRAZIDAS PELA LEI 13.509/2017: EM BUSCA DO MELHOR
INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Autora: Graziela de Araujo Galvão

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo estabelecer as inovações trazidas pela Lei nº 13.509/2017, que alterou a Lei nº 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo a garantir mais celeridade nos processos de adoção, como também a possibilidade do surgimento de novas concepções familiares. Abordar a evolução no Direito de Família, as novas concepções familiares, as influências trazidas pelo Direito Romano e Direito Canônico, que incidiram sobre as formas de concepção das famílias, como também o Código Civil de 1916, baseava-se onde toda a família só poderia ser reconhecida pelo casamento. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002, que buscou em seus princípios igualar as relações familiares, passando o pátrio poder a ser denominado poder familiar, que poderia ser exercido por ambos os genitores, para assim garantir a melhor convivência familiar. O pátrio poder passou a ser denominado de poder familiar, garantindo a igualdade nas relações familiares, preservando o melhor interesse da criança e do adolescente. Aos pais incumbe o dever de cuidar, educar, zelar pelos os filhos, sendo que descumpridas as obrigações dos genitores, estes em conjunto ou separadamente perderam a autoridade sob eles. A Lei nº 13. 509/ 2017, que alterou a Lei nº 8. 069/ 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, busca facilitar o processo de adoção de maneira a facilitar que as partes se manifestem, com a possibilidade da criança e do adolescente serem colocadas em famílias ampliadas, onde a convivência com parentes favorece o seu desenvolvimento, como

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.2)

Curso: Direito

também a proteção da genitora que deseja entregar o filho para adoção, garantindo o sigilo absoluto. A Lei nº 13.509/2017 reduziu prazos, como no estágio de convivência, possibilitou que a mãe tenha convívio com o filho que se encontre em acolhimento institucional, possibilitou a inserção da criança e do adolescente em família substitutas, para guarda ou tutela, criou a possibilidade que em sigilo a mãe que assim desejar coloque seu filho para adoção, desde que respeitados os requisitos necessários, garantindo desta forma a preservação do melhor interesse da criança e do adolescente, possibilitando que elas possam desfrutar de um convívio agradável e harmonioso familiar. O estudo será realizado com base nas pesquisas bibliográficas, artigos científicos e na legislação brasileira objetivando maior familiaridade com o presente tema.

Palavras-Chaves: Poder Familiar; Autoridade Parental; Adoção.

**“O DIREITO DE SER QUEM É!”: A HERMENÊUTICA
JURISPRUDENCIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PAPEL
CONTRAMAJORITÁRIO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS
TRANSGÊNEROS**

Autora: Isabela Rocha dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente trabalho tem como propósito analisar o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal acerca do direito dos transgêneros ao nome social como fundamental. Utiliza-se para a feitura do mesmo o método de abordagem indutivo, o método de procedimento o monográfico e a técnica de pesquisa indireta, através de pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente busca-se apresentar a premissa dos Direitos Humanos, sua conceituação e dimensões, demonstrando as tratativas que era dispensada a dignidade e liberdade humana. Posteriormente, far-se-á a abordagem da liberdade e dignidade sexual, com interpretação sobre mitos e verdades no tocante à sexualidade na adolescência e das garantias e liberdades sexuais adquiridas pelas mulheres. Por último, um estudo sobre o papel contramajoritário do Supremo Tribunal Federal na promoção dos direitos humanos. Demonstrando a harmonização necessária e democrática no campo de atuação do Judiciário, bem como a abordagem de possibilidades de reconhecimento do nome social das pessoas trans sem a necessidade de submissão a cirurgia, sendo esta, garantida por observância ao princípio da dignidade humana.

Palavras-Chaves: Direitos Humanos; Transexuais; Dignidade Humana; Nome Social.

**DOS DIREITOS HUMANOS FEMININOS PRISIONAIS: UMA ANÁLISE
DOS DIREITOS DA MULHER GESTANTE À LUZ DO HABEAS CORPUS
COLETIVO 143.641**

Autora: Laura Polati Candido Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente trabalho pretende examinar o reconhecimento dos novos Direitos Humanos Femininos Prisionais, assim como caracterizar a evolução histórica dos Direitos Humanos, explorar a delimitação conceitual do vocábulo “pena” e analisar o entendimento da Corte Suprema ao conceder Habeas Corpus Coletivo em nome de todas as gestantes presas, mães de crianças com até 12 anos de idade e mulheres que possuem tutela de pessoas portadoras de necessidades especiais, tendo em vista reiteradas violações que atingem uma comunidade de pessoas. Para tal, fora realizada pesquisa bibliográfica baseada no método de abordagem histórico dedutivo, valendo-se de revisões bibliográficas, pesquisa de dados e análise de conteúdos de argumentos jurisprudenciais referentes ao tema, para levantamento da situação das mulheres, especialmente as gestantes, lactantes e mães de criança até doze anos de idade, residentes dos presídios femininos brasileiros. Constatou-se que a decisão da Corte teve como escopo assegurar garantias mínimas às presas, considerando a situação precária vivenciada por mães e gestantes encarceradas no Brasil, além de ser o único caminho viável a tratar de forma mais concreta a situação.

Palavras-Chaves: Mulher Encarcerada; Gestante; Dignidade; Presídios; Habeas Corpus.

SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATOS AO PLEITO MAJORITÁRIO COMO FORMA DE INSEGURANÇA JURÍDICA OU FRAUDE ELEITORAL

Autora: Letícia Ferreira Barreto

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Resumo: A intenção deste estudo é abordar a substituição de candidato majoritário às vésperas da eleição, examinando como a legislação eleitoral, especialmente a Lei nº 9.504/97 e as Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral preveem essa possibilidade, verificando em que circunstâncias e quais os requisitos exigidos para o deferimento do novo registro, buscando julgados a partir de 2016 para saber se alguma cidade enfrentou problemas com a substituição. Como questão de problema delimitou-se: houve ganhos com as alterações legislativas que disciplinam a substituição de candidatos ao pleito majoritário ou permanece a insegurança jurídica, com possibilidade de ocorrência de abuso de direito e fraude nas eleições? Assim, o objetivo geral analisar o dispositivo legal e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral que disciplinam a substituição de candidato majoritário e sua consequência para a campanha eleitoral, bem como para o exercício do voto livre e consciente. A justificativa do estudo está no fato de mostrar que o fundamento legal do presente estudo está previsto no artigo 13, caput e parágrafos, da Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), vindo a sofrer alterações na redação com a vigência das Leis 12.034/2009 e 12.891/2013. Conforme leitura do citado artigo, é facultada ao partido ou coligação a substituição de candidato nos casos de cancelamento e indeferimento do registro de candidatura, e após o registro, quando ocorrer inelegibilidade superveniente, renúncia e falecimento. Optou-se pelo método de abordagem dedutivo, ou seja, a proposta é partir de um campo amplo para o ponto específico da problemática. Assim, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental.

Palavras-Chaves: Substituição; Candidatos; Fraude; Eleitoral

EXECUÇÃO FISCAL EM ANÁLISE: UM EXAME SOBRE O PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL NA COMARCA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ (NO PERÍODO DE 2015-2017)

Autora: Luciana de Castro Almeida

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Resumo: O processo de execução fiscal é o instrumento utilizado pelo Estado para cobrar os contribuintes inadimplentes regulamentado pela Lei 6.830 de 1980. Nesta lei estão estabelecidos os meios e modos para que Estado, enquanto parte do processo executório fiscal, se manifeste e busque receber seus créditos. Da mesma maneira que em todos os demais ramos do direito, nem sempre a lei específica supre completamente as lacunas, cabendo nesse caso subsidiariamente aplicar o Código de Processo Civil. Para que um crédito seja cobrado por meio da execução fiscal é necessário que esteja devidamente inscrito em dívida ativa, podendo ser este crédito de natureza tributária ou não, porém sempre o Estado como polo ativo da execução, o que dependendo da natureza do título será a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios. São muitos os princípios que norteiam os processos no direito brasileiro, um deles é o Princípio da Celeridade, que tão somente visa que os processos sejam apreciados e julgados em tempo hábil para que tenham resultado útil para as partes. Com a finalidade de verificar se o princípio da celeridade processual é aplicado na comarca de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, foi realizada uma pesquisa de campo na Central de Dívida ativa na qual foram apresentadas as estatísticas Geral do Juiz para verificar o número de decisões, sentenças e despachos, processos conclusos, bem como o tempo médio para conclusão e arquivamento dos processos. Para melhor compreensão foram apresentados gráficos que elucidam o resultado da pesquisa e tornar visível a aplicação de tal princípio.

Palavras-Chaves: Execução Fiscal; Processo Judicial; Estado; Dívida Ativa;

DIREITOS HUMANOS PARA QUEM? UMA ANÁLISE HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS DOS PRESOS E O ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL

Autora: Mariane da Cruz Caetano

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: A pesquisa pautou-se em caracterizar a evolução histórica da pena na Antiguidade, Idade Média e na Contemporaneidade, bem como examinar a construção dos direitos humanos sob as três dimensões clássicas, além das novas. Ademais, será definido quais os direitos humanos que os presos fazem jus, previstos na Constituição Federal de 1988, em diplomas internacionais e na Lei de Execução Penal nº 7.210/84. Além disso, será abordada a problemática da violação maciça a direitos humanos que ensejou o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF nº 347 de 2015, pelo Supremo Tribunal Federal, proposta do Partido Socialismo e Liberdade, diante do estado de coisas inconstitucional constatado nos presídios brasileiros, originária da técnica criada pela Corte Colombiana. Portanto, busca-se discorrer sobre os contornos que o estado de coisas inconstitucional trouxe para o ordenamento jurídico brasileiro, e se de fato, medidas foram tomadas para reverter o quadro crítico configurado.

Palavras-Chaves: Direitos Humanos. Direitos Humanos dos Presos. Dignidade da Pessoa Humana. Estado de Coisas Inconstitucional. Ativismo Judicial.

**DIREITO PENAL DO INIMIGO NO STF? UMA ANÁLISE
CONTRAPOSTA ENTRE A ADOÇÃO DE DIREITO PENAL DO INIMIGO
E O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA JURISPRUDÊNCIA DO STF,
NO PERÍODO DE 2016-2017**

Autor: Moysés da Cruz Netto

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O objetivo do presente pauta-se em analisar, tendo como recorte o entendimento pretoriano do Supremo Tribunal Federal, as hermenêuticas constitucionais acerca do princípio da insignificância em contraposição ao direito penal do inimigo. Em um contexto social de constantes mudanças, o desafio do Direito tem sido se manter em aperfeiçoamento e renovação para atender às necessidades sociais. Nesse sentido, percebe-se que algumas condutas de pequena expressividade, como por exemplo o furto de objetos com valor insignificante, tem sido levados aos tribunais superiores para decisão. Por outro lado, a criminalidade de forma geral é notória, e a sociedade clama por respostas estatais mais efetivas no momento de aplicação e execução da pena. Dessa forma, tem-se por escopo trabalhar os nuances das teorias de Direito Penal Mínimo e Direito Penal Máximo, no intuito de perceber quais contribuições cada uma delas tem trazido para o Direito Penal como um todo, e ainda, tratando de perceber a forma como o STF tem entendido esses institutos. A metodologia estabelecida para o presente pautou-se no método dedutivo, auxiliado de revisão bibliográfica e microcomparação jurisprudencial como técnicas de pesquisa.

Palavras-Chaves: Direito Penal. Princípio da Insignificância. Direito Penal do Inimigo. Supremo Tribunal Federal.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FÍSICA E PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER E A IMPORTÂNCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Autora: Naiara Lima Silva

Orientador: Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua

Coorientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) veio com o intuito de resguardar e amparar as mulheres de todos os tipos de violência, buscando ações e mecanismos que visam coibir a violência de gênero. Desta forma, a partir da necessidade de cessar os delitos dessa natureza, tornando-a realmente eficaz, implantaram-se políticas públicas no combate à violência doméstica contra a mulher, as quais ampliaram e introduziram serviços especializados, bem como articularam serviços em prol das mulheres vítimas de violência. Objetivou-se com o presente trabalho monográfico, analisar no contexto acadêmico a discussão acerca da referida lei diante da realidade social no cotidiano da sociedade contemporânea, visto que a Lei Maria da Penha além da punição do agressor visa à adoção de políticas públicas de prevenção à violência doméstica, além de dar a assistência necessária para a vítima, para o agressor e seus dependentes. A técnica utilizada foi à pesquisa bibliográfica, sendo assim, foram realizadas leituras e análises críticas em doutrinas, artigos e jurisprudências que se manifestam sobre o tema. Não obstante esta ser uma questão histórica e cultural é indiscutível a necessidade de erradicar a violência doméstica contra a mulher. Desta forma, apesar do avanço após a implantação da Lei Maria da Penha, ainda se fez necessária a adoção de medidas que a tornassem realmente eficaz, para tanto, através de políticas públicas, adotaram mecanismos de criminalização do agressor e medidas integradas visando à prevenção, proteção e assistência às mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Políticas Públicas; Efetividade.

**“DA EQUIPARAÇÃO DO COMPANHEIRO AO CÔNJUGE PARA FINS
SUCESSÓRIOS”: DA POSSÍVEL INCONSTITUCIONALIDADE DO
ARTIGO 1.790 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002**

Autora: Priscila Alves Pinto

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente apostilado tem como objetivo analisar a possibilidade de equiparação do companheiro ao cônjuge para fins sucessórios. Para sua desenvoltura, utiliza-se o método de abordagem indutiva, o método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa indireta, por meio de revisão bibliográfica e documental. Inicialmente, busca-se tecer breve apresentação do instituto das sucessões, com sua base histórica e evolução no ordenamento jurídico brasileiro ao longo do tempo, destacando suas características e modificações. Em seguida, analisa-se o instituto da união estável, suas principais nuances, contextualização e aceitação pela sociedade e pelo Estado; para então debruçar-se sobre as regras de direito hereditário do cônjuge e do companheiro à luz do Código Civil de 2002, a fim de verificar os pontos em comum e desproporcionalidades entre ambos. Por fim, um exame jurisprudencial dos RE 878.694/MG e 646.721/RS, que decidiram sobre a inconstitucionalidade do artigo 1.790, do Código Civil de 2002, sua fundamentação e análise de suas possíveis e futuras consequências.

Palavras-Chaves: Direitos sucessórios; Casamento; União estável; Isonomia.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR POR ACIDENTE DO TRABALHO

Autor: Renan Vaillant Fonte Boa

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

Resumo: A presente pesquisa aborda as relações jurídico-trabalhistas no que tange à responsabilidade civil do empregador nas situações acidente de trabalho. O trabalho analisa a formação histórica do Direito do Trabalho, os princípios norteadores desse ramo do Direito e os sujeitos formadores da relação jurídica empregatícia. Foi estudado o instituto da responsabilidade civil no âmbito trabalhista, objetivando traçar os limites da responsabilidade do empregador em decorrência de acidente de trabalho que tenha por vítima o empregado. São verificados os elementos da responsabilidade do empregador, verificando-se o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade, suas variações e modalidades conforme as previsões e ensinamentos trazidos pela norma, doutrina e jurisprudência, tendo por base preceitos advindos, não só do Direito do Trabalho, mas do Direito Constitucional, Processual e demais ramos correlatos ao objeto de pesquisa. Em pesquisa qualitativa, de natureza teórica, realizada pelo método dedutivo, concluiu-se que, como regra, a responsabilidade civil do empregador será subjetiva, isto é, a obrigação de reparar os danos morais e patrimoniais sofridos pelo empregado em razão do acidente de trabalho está condicionada à comprovação do elemento dolo ou culpa do empregador por fim, havendo ainda a responsabilidade objetiva nas hipóteses em que, pela natureza da atividade do empregador, se produza riscos, enseja o dever de reparar os danos causados sem a necessidade de comprovação de dolo ou culpa do autor do fato. Sendo assim, definida a responsabilidade civil do empregador.

Palavras-Chave: Direito do Trabalho. Empregado. Empregador. Acidente de trabalho. Responsabilidade Civil.

DIREITOS EM EMERGÊNCIA: A SEXUALIDADE COMO FRONTEIRA DE UMA NOVEL DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Autor: Rodolfo Monteiro da Fonseca Teixeira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O escopo da presente monografia está direcionado a abordagem da sexualidade e os direitos sexuais, positivados na forma de direitos fundamentais, sendo estes essenciais para a garantia do mínimo existencial do ser humano. A escolha do assunto se deu pelo fato de haver uma grande divergência no meio social e jurídico que ancoram a progressão da sexualidade enquanto característica da dignidade da pessoa humana. Fato este que acarreta no crescimento da cultura preconceituosa na sociedade. O estudo faz uma abordagem histórica sobre como surgiu o conceito de sexualidade que se tem nos dias de hoje, e a importância de sua discussão, para que se possa romper barreiras impostas pela cultura binária que compõe a sociedade. A pesquisa foi baseada em artigos científicos, legislações nacionais e internacionais, doutrinas e outros textos que se relacionam com o tema. Ademais, o texto busca a reflexão sobre a importância que se tem na positivação em forma de lei dos direitos sexuais e da sexualidade para assegurar a dignidade e ainda enfatizando que todos os seres humanos são possuidores de direitos e devem ter sua dignidade posta como primazia de vida, independente de religião ou construções sociais.

Palavras-Chaves: Direitos Humanos; Liberdade de Gênero; Direitos Sexuais; Mínimo Existencial.

O RECONHECIMENTO DO DANO MORAL EM RAZÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO DE ALIMENTOS GRAVÍDICOS

Autora: Rogéria de Azevedo Neves Silva

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O escopo do presente consiste em analisar o possível cabimento do dano moral em sede de alimentos gravídicos indevidamente pagos. Como é cediço, a Lei nº 11.804, de 05 de novembro de 2008, foi responsável por instituir, no ordenamento jurídico nacional a hipótese de concessão de pensão alimentícia gravídica em favor do nascituro. A justificativa da legislação supramencionada é assegurar o bem-estar e que sejam supridas as necessidades fundamentais apresentadas pelo nascituro. Para tanto, a legislação arrima-se em elementos de cognição sumária, parcos e indiciários para que o magistrado, diante do caso concreto, possa estabelecer o *quantum* alimentar a ser pago. Logo, em decorrência da fragilidade das provas ensejadoras da fixação do alimento gravídico, pode ocorrer equívoco e apontamento indevido, o que enseja a problemática do (des)cabimento do dano moral em favor daquele que adimpliu com verba alimentar de maneira indevida. O entendimento jurisprudencial sobre a temática ainda se apresenta insipiente, desafiando à teoria a construção do entendimento a subsistir na questão. Como etapas da pesquisa, o trabalho de conclusão de curso foi estruturado em três etapas, quais sejam: (i) a primeira etapa consiste numa abordagem histórica sobre a evolução da família no Direito; (ii) a segunda etapa se assenta na caracterização do instituto dos alimentos perante o Direito de Família; e (iii) a terceira etapa aborda a problemática do presente, discutindo acerca do (des)cabimento do dano moral em sede de pagamento indevido por alimentos gravídicos.

Palavras-Chaves: Alimentos Gravídicos. Solidariedade Familiar. Cognição Sumária. Dano Moral.

UMA ANÁLISE DO RECONHECIMENTO DA SÍNDROME DE *BURNOUT* COMO ESGOTAMENTO DO MEIO LABORAL À LUZ DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Autora: Silmara Nunes Pereira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso tem como escopo analisar o reconhecimento da síndrome de *Burnout* como esgotamento do meio ambiente laboral a luz dos entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Nesta vereda, serão analisados os aspectos do meio ambiente, destacando-se suas diferentes espécies, tais quais: meio ambiente natural, meio ambiente artificial, meio ambiente cultural e meio ambiente laboral, bem como o aspecto difuso inerente. Não obstante, será caracterizada a relação de trabalho, meio legítimo a uma vida condigna a todo agrupamento humano, diferenciando-o da relação de emprego, uma vez que este primeiro é toda relação jurídica caracterizada por ter sua prestação essencial centrada em uma obrigação de fazer consubstanciada em labor humano, conquanto o segundo é trabalho subordinado, a qual ocorrerá sempre que cumpridos os requisitos legais presente no artigo 3º da Consolidação das Leis Trabalhista. Insta colacionar a grande importância de se dar condições mínimas de trabalho para um indivíduo ou um grupo de pessoas, a fim de preservar sua saúde mental e física, visto ser o seu direito fundamental resguardado pela Constituição Magna. Em vista disso, este trabalho tratou de delinear a ergonomia e a higidez laboral como direitos indisponíveis na relação de trabalho, posto que o desequilíbrio no ambiente laboral é capaz de acarretar sérios problemas a saúde física e psíquica do trabalhador. Desta maneira, este trabalho tratou de qualificar os principais aspectos da Síndrome de *Burnout*, doença ocupacional precedida de esgotamento

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.2)

Curso: Direito

físico e mental intenso, e a sua relação direta com a falta de higidez laboral, a qual se mostra imperiosa no presente estudo, sob a justificativa de que todo trabalhador possui como direito fundamental o meio ambiente laboral favorável ao bom desempenho de suas atividades, onde este não interfira e afete sua vida pessoal, em sua saúde e em seu bem-estar. Para que o reconhecimento da referida patologia seja demonstrado, o estudo será conduzido nos moldes jurisprudenciais, bem como disposições legais e doutrinárias concernentes ao tema. Portanto, foram analisadas as jurisprudências do Tribunal Superior do Trabalho, de acordo com os entendimentos proferidos de 2014 a 2018, a fim de apurar o tratamento dado pelo TST aos portadores desta doença, e como os trabalhadores vem sendo ressarcidos. A metodologia empregada no presente é o método dedutivo, auxiliado da revisão de literatura e de análise microcomparativa jurisprudencial como técnicas de pesquisa.

Palavras-Chave: Meio Ambiente do Trabalho; Direito Fundamental; Higidez Laboral; Esgotamento Profissional; Síndrome de Burnout.

UMA ANÁLISE DA LEI MARIA DA PENHA: ENTRE O ABSTRATO E O CONCRETO: FALHAS NA APLICAÇÃO DA LEI

Autora: Susane Pimentel Borges

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O escopo do presente é analisar as falhas na aplicação da Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica e à violência familiar contra a mulher. A violência doméstica trata-se de um fenômeno antigo e configura-se como uma questão histórica, cultural e que se torna palco de muita tristeza, angústia e dor para diversas mulheres brasileiras e que independe da situação socioeconômica. A violência doméstica e a violência familiar constituem práticas reconhecidamente culturais na sociedade brasileira, compondo a tradicional formação cultural conservadora, violenta e machista. Tal formação tende a estabelecer espaços claros de subordinação do feminino em relação ao masculino, como também estabelece a violência no âmbito privado como prática “tolerável”. Apesar de decorridos mais de dez anos da promulgação da Lei nº 11.340/2006, denota-se, ainda, que o caminho é longo na desconstrução de tal prática. Considerando que o Brasil tem aproximadamente 5,5 mil municípios e há apenas 368 delegacias especializadas no atendimento à violência doméstica e familiar, é possível afirmar que as estruturas dos municípios do interior não estão adaptadas, preparadas para o atendimento das demandas envolvendo violência doméstica. A metodologia empregada na construção do presente foram os métodos dedutivo e historiográfico, auxiliados da revisão de literatura como técnica de pesquisa.

Palavras-chaves: Lei Maria da Penha. Violência Doméstica. Violência Familiar.

**DO DIREITO SUBJETIVO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO
APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A FORMAÇÃO DE
CADASTRO RESERVA À LUZ DO ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS
SUPERIORES DE 2016-2017**

Autora: Tawani Tatagiba Oliveira

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Coorientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: Este trabalho dedica-se a análise do direito subjetivo a nomeação de candidato aprovado em concurso público para formação de cadastro reserva, analisando assim as decisões do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal acerca do assunto, visando que não existe legislação específica que trate deste instituto, sendo prevista apenas no artigo 37, II, da Constituição Federal ficando, no entanto, a Administração Pública livre para decidir em qual momento deve ocorrer tal nomeação. Durante muito tempo adotou-se o entendimento de que não existia Direito Subjetivo a nomeação do candidato aprovado em concurso público para formação de cadastro reserva, entendimento este que vem sendo relativizado por parte dos Tribunais Superiores. Porém, antes de adentrar no tema proposto fez-se necessário abordar a evolução do Estado Democrático de Direito, bem como seus princípios. Outrossim, também será explanado acerca da Administração Pública, seus conceitos e princípios. Logo após tratar do instituto do Concurso Público, bem como do direito subjetivo e da mera expectativa de direito. O objetivo do tema proposto, fora analisar se há por parte do entendimento jurisprudencial o direito subjetivo a nomeação ou se o que existe é mera expectativa de direito. O que enseja, na problemática se o surgimento de novas vagas garante o direito líquido e certo a nomeação? Ao analisar os entendimentos dos Tribunais,

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.2)

Curso: Direito

verifica-se que o surgimento de novas vagas somente não gera o direito a nomeação, há, no entanto, que se analisar se houve ou não arbitrariedade por parte da Administração Pública em deixar de nomear.

Palavras-Chaves: Direito Subjetivo; Mera Expectativa; Nomeação; Cadastro Reserva.

A (DES)CARACTERIZAÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO NAS RELAÇÕES ENTRE AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E OS MINISTROS DE CULTO RELIGIOSO

Autora: Thaynára Coutinho de Andrade Farolfi Ribeiro

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

Resumo: O cenário jurídico trabalhista brasileiro carece de entendimento consolidado acerca da figura do ministro de culto religioso, no âmbito do exercício de suas atividades religiosas. O presente trabalho tem por finalidade verificar se existe a possibilidade de configuração do vínculo empregatício nas relações entre as organizações religiosas e os ministros de culto religioso, explorando-se os aspectos históricos da religião no Brasil, bem como os princípios que direcionam o Direito do Trabalho, sendo abordado os mais relevantes ao tema, a fim de analisar a relação jurídica que se estabelece entre as referidas entidades e seus respectivos ministros, além de demonstrar como se caracteriza as atividades prestadas por estes. Devido a ausência de entendimento consolidado por parte do legislador brasileiro acerca da problemática que envolve o trabalho, a metodologia utilizada para realização da pesquisa fora o método indutivo, por meio de revisão bibliográfica de doutrinas de Direito do Trabalho, bem como o material disponível sobre o tema. Além disso, fora realizado o estudo de casos concretos, por meio de análise de jurisprudências do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, bem como do Tribunal Superior do Trabalho, sendo possível concluir que, frente as demandas trabalhistas pertinentes ao tema, os tribunais têm decidido pela não configuração do vínculo de emprego, quando a finalidade essencial da entidade religiosa é respeitada.

Palavras-Chave: Ministro de Culto Religioso; Relação de Emprego; Organizações Religiosas; Trabalho Religioso.

DA DESCONSTRUÇÃO DO VALOR MONOGÂMICO DA FIDELIDADE EM PROL DO RECONHECIMENTO DA PLURALIDADE FAMILIAR: O POLIAMORISMO E A TUTELA JURÍDICA

Autora: Vanessa Pimentel Barros da Cruz

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente trabalho tem como propósito analisar os laços familiares que existem no sistema jurídico brasileiro e se detalhar na pesquisa de como o poliamorismo vem sendo reconhecido no Brasil e em tantos outros países. Em seguida busca-se descrever como essas novas relações familiares trazem um debate polêmico acerca do pluralismo familiar. Utiliza-se para a elaboração do mesmo o método de abordagem dedutivo, o método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa indireta, através de pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudências. A princípio tem-se como objetivo apresentar a evolução das famílias no ordenamento jurídico, bem como, definir o conceito de família nos dias atuais. A seguir, analisam-se os princípios norteadores do Direito de família, para embasar recentes decisões de suma importância no tema, procurando descrever os aspectos jurídicos que permitem o reconhecimento do poliamorismo como entidade familiar, bem como diferenciar poligamia de concubinato. Por fim, descrever os aspectos jurídicos que permitem o reconhecimento do poliamorismo como família.

Palavras-Chaves: Família; Princípio da Afetividade; Fidelidade; Casais Poliafetivos; Pluralismo familiar.

**ADOÇÃO ADVINDA DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA EM
FAMÍLIAS-MOSAICO: A AFETIVIDADE COMO RESPONSÁVEL PELO
CONTORNO FAMILIAR CONTEMPORÂNEO**

Autor: Vilmar Boechat Teixeira

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Resumo: O objetivo do estudo é apresentar o cabimento, à luz do entendimento legal, sobre o deferimento do vínculo socioafetivo nas adoções unilaterais na família-mosaico. Ao igualar os direitos dos filhos havidos dentro ou fora do casamento ou por adoção, a Constituição Federal de 1988, veio para proteger a figura da entidade familiar nos seus mais vários aspectos, confirmando uma mudança no paradigma da família brasileira, à qual se fundamenta no afeto. Ao alargar o conceito de família, até então restrita ao casamento, reconhece como entidade familiar as famílias “mosaico”. Porém, tendo em vista ser a família um fato social, a doutrina e a jurisprudência tem se orientado pelo reconhecimento de um sentido aberto de família, contemplando juridicamente. E neste contexto, a paternidade socioafetiva enquadra-se neste novo paradigma, surgindo como forma de parentesco que deve ser protegido, ainda que não conste expressamente no texto de lei. A partir de estudos, foi realizado um panorama geral da evolução do direito de família e dos princípios que o regem, levando a uma nova visão do instituto da filiação, e chegando à delimitação das principais características da paternidade socioafetiva. A metodologia utilizada foi o método dedutivo, utilizando-se a revisão bibliográfica como tipologia. Conclui-se, fundamentada em decisões judiciais consolidadas, sobre a impossibilidade, em regra, de desconstituição da paternidade socioafetiva, que uma vez presente, gera todos os direitos e deveres da paternidade, não sendo aceitável, em regra, a sua desconstituição posterior, assim, deixando a

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.2)

Curso: Direito

paternidade biológica de ter prevalência sobre as demais maneiras de construção de paternidade.

Palavras-Chaves: Família Mosaico; Adoção; Paternidade Socioafetiva.